CAPÍTULO 2 - LUTAS CONTRA O SILENCIAMENTO EM PIQUIÁ DE BAIXO, EM AÇAILÂNDIA-MA

Carmem Barroso Ramos
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Orcid: 0000-0002-8036-4490
E-mail: carmembarr@uemasul.edu.br

Roseane Arcanjo Pinheiro
Universidade Federal do Maranhão
Orcid: 0000-0002-8613-0687
E-mail: roseane.ap@ufma.br

RESUMO: O objetivo é apontar as ações da comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, que diante da atuação das empresas de grandes capitais (as siderúrgicas e afins) ligadas ao Corredor Ferro-Carajás da região Pre-Amazônica e seus impactos com ênfase na supressão de direitos. A cidade de Açailândia a partir do advento da rodovia Belém-Brasília, nos anos 70 e posteriormente, nos anos 1980 com a instalação das siderúrgicas de ferro gusa viveu e vive transformações sociais, culturais, econômicas e ambientais que afetam negativamente a comunidade do entorno. Neste trabalho pretende-se dar luz e valorizar as memórias individuais e coletivas das pessoas de Piquiá de Baixo frente ao confronto com esses grupos econômicos, que impõe tentativas de apagamento e silenciamento de suas lutas cotidianas.

Palavras-chave: Memória; Silenciamento; Comunidade; Piquiá de Baixo; Açailândia-MA.

FIGHTS AGAINST SILENCE IN PIQUIÁ DE BAIXO, IN AÇAILANDIA--MA

ABSTRACT: The objective is to point out the actions of the community of Piquiá de Baixo, in Açailândia-MA, which, in the face of the actions of large-capital companies (steel mills and the like) linked to the Ferro-Carajás Corridor of the Pre-Amazonian region and its impacts, with an emphasis on suppression of rights. The city of Açailândia, after the advent of the Belém-Brasília highway, in the 1970s and later, in the 1980s, with the installation of pig iron steel mills, experienced and continues to experience social, cultural, economic and environmental transformations that negatively affect the surrounding community. This work aims to shed light and value the individual and collective memories of the people of Piquiá de Baixo in the face of the confrontation with these economic groups, which impose attempts to erase and silence their daily struggles.

Keyword: Memory; Silences; Comunitieis; Piquiá de Baixo; Açailândia-MA

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda os embates que a comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, travou para construir suas memórias, coletivas e individuais, em contraponto às tentativas de silenciamento sofrida durante os quase 20 anos de mobilização para a conquista dos direitos socioambientais e à dignidade. O bairro tem duas partes conhecidas: Piquiá de Baixo, onde foram instaladas siderúrgicas, e o Piquiá de Cima, área mais alta do lugar, com estrutura menos precária. Está afastado mais de 12 km do centro da cidade, abriga famílias desde o final dos anos 60, que buscavam melhores condições de vida. Nesse contexto ocorreu a construção de estradas estaduais e federais, que atraíram

dezenas de migrantes para os projetos agroindustriais, patrocinado pelos governos militares e instalados na Amazônia Oriental.

A origem de Açailândia se constrói primeiramente como um povoado da cidade de Imperatriz, funcionando como uma Cidade Polo. Açailândia foi emancipada somente em 1981. Imperatriz era uma cidade sem expressão na Mesorregião Oeste Maranhense até meados do século XX, quando da abertura da rodovia Belém-Brasília, a partir dos anos 50, apresentou um rápido fluxo desenvolvimentista. Imperatriz veio a trazer para junto de si todas as contradições de surto de desenvolvimento sem o devido controle, pois crescia muito acelerada, entretanto, ficava muito aquém em condições de vida dos seus moradores (Franklin, 2008). Assim, Açailândia como povoado periférico integrante da Cidade Polo matriz cresceu no mesmo gradiente e apresentou todas as contradições de um crescimento desordenado.

Junto com o crescimento desordenado, a destruição do bioma, reflexo da expansão desordenada que ocasionou um processo de devastação de sua fauna e flora naturais. Destacamos que essa região maranhense é caracterizada como uma zona de transição geográfica, pois possui características que se entrecruzam entre Floresta Amazônica, pela Mata dos Cocais e pelo Cerrado. Logo, reflete-se que a região e sua população possuíam todo um complexo ecológico harmônico integrando a natureza, a agricultura familiar e o setor extrativista.

Com o desenvolvimento desigual e contraditório implementado, a Mesorregião Oeste Maranhense começou a ser parte constituinte dos diferentes ciclos econômicos advindos do processo expansionista do capital financeiro exógeno, destacamos expressivamente os seguintes: o ciclo da madeira, ainda nos primórdios da abertura da Belém-Bra-

sília e que fora responsável por mudanças drásticas como o extrativismo madeireiro da região e, igualmente, irá refletir na própria mudança e extinção progressiva do bioma nativo da região (FRANKLIN, 2008). Em seguida, o ciclo do ouro, especificamos que este período ocorreu entre os anos 70 e 80 do século vinte, embora não houvesse minas extrativista na região, Imperatriz tornou-se um rico entreposto para comércio do ouro, do mesmo modo, sofreu todos os reflexos da violência e da pistolagem oriunda das regiões dos garimpos do Pará (Teixeira, 2016). Nas últimas décadas, como produto da combinação do desmatamento, da grilagem de terras e do enriquecimento proporcionado pelo garimpo, a região se deparou com o ciclo dos grandes latifúndios e do investimento pesado proveniente do agronegócio.

Enumera-se aqui mais um ciclo, o das empresas de ferro gusa. Este surgiu na esteira do processo de descoberta das jazidas minerais de Carajás, no Pará, durante os anos 60 e, consequentemente, agravando-se o seu processo exploração comercial nas décadas seguintes. Nesse período vivíamos sob a ditadura civil-militar (1964-1985), momento singular em que não poderia haver qualquer tipo oposição ao regime e tampouco poderia haver críticas sob as formas de inserção do capital na região. Assim sendo, em face do perfil desenvolvimentista e estatista do regime militar, com o investimento pesado do capital estrangeiro, um novo ciclo de expansão econômica concentrado se instala na região Norte e Nordeste, tendo o Pará e o Maranhão como os principais estados mais afetados.

Açailândia, em termos de qualidade de vida para seus moradores deixa a desejar, uma vez que a riqueza passa pelos vagões do trem e não fica retida para as melhorias necessárias da emergente cidade. Assim o desenvolvimento comercial e econômico contraditório da cidade em questão nasceu recheado de contradições.

A cidade de Açailândia-MA se tornou, desde então, ponto estratégico para a indústria da mineração, que transporta o produto da Serra dos Carajás (PA) até o Porto do Itaqui (MA) em quase 900 km de ferrovia, que corta cerca de cem comunidades: quilombolas, rurais, indígenas, entre outras. Uma delas é Piquiá, onde indústrias siderúrgicas se instalaram, desde os anos 80 do século XX, para fazer a melhoria do minério de ferro, fator que gerou a poluição do ar, solo e água na comunidade. Mobilizada de maneira mais intensa desde o começo dos anos 2000, 312 famílias da comunidade lutam para sair de forma coletiva do bairro, diante da invasão das siderúrgicas. Essa saída da comunidade é uma tentativa de encontrar um lugar melhor para viver.

Com articulações com igrejas, movimentos sociais, sindicatos, apoio internacional e ações na justiça, conquistaram o processo de reassentamento, a transferência do lugar para um bairro estruturado, com escolas, esgoto, postos de saúde e outros serviços básicos, que existem de forma bastante precária no bairro onde se deu o primeiro assentamento dos moradores. As obras começaram em 2018 e o novo bairro, batizado de Piquiá da Conquista, está quase finalizado em 2024. Esse processo doloroso de lutar contra a morte e o descaso foi também um movimento de valorizar as memórias de luta das famílias e as conquistas obtidas no confronto com o poder econômico e os interesses políticos. A atuação da comunidade e a trajetória dela no enfrentamento com as siderúrgicas implicaram em tentativas de arrefecer as estratégias de combate, denúncias e reivindicações.

A investigação realizou uma abordagem qualitativa, através das entrevistas com moradores e moradoras, a partir das abordagens com a história oral. Os depoimentos reuniram as vivências dos que lidaram com negações, pressões, críticas, enfim, diversas dificuldades no processo de conquista de direitos e de transição para as novas mora-

dias. É interessante ressaltar que nos relatos dos moradores e moradoras já apontavam o fato da existência da comunidade quase vinte anos antes da instalação das siderúrgicas, essa situação contesta os argumentos de que os moradores teriam invadido as terras e aproveitado para explorar as empresas.

Outra fonte sobre as memórias do lugar são os documentos da Escola Municipal Almirante Barroso, uma das mais antigas de Açailândia. As atas escolares documentaram a movimentação no entorno, com a existência crescente de crianças em idade escolar desde os anos 70 do século XX e a vinda de muitas famílias, que construíram casas, pequenos comércios, cultivavam plantações e praticavam outras atividades econômicas.

As ações da pesquisa descritas foram realizadas como desdobramento do projeto "Cartografia Social de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, memórias, trajetórias, política e ativismos digitais", aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) e executado por meio do Edital 002/2019/Universal. A coordenação do projeto teve à frente as professoras Roseane Arcanjo (UFMA) e Carmem Barroso (UEMASUL), além dos professores César Alessandro Sagrillo Figueiredo (UFNT) e Siney Ferraz (UEMASUL). Contou com dois estudantes, Michely Alves (Curso de Jornalismo/UFMA/PIBIC) e Matheus Carvalho (Curso de História/UEMASUL/PIBIC).

As lembranças da luta pelo lugar de morar e trabalhar

A migração é um fenômeno social que conduz as pessoas a buscar um lugar para viver e trabalhar. Em nossa região sabe-se que somos originários dessas relações. Sair em

busca de melhores condições de vida, também é se arriscar na incerteza de ter ou não o alimento diário, ou mesmo perecer, perdendo a vida. Migrar também é se lançar ao desterro, forçando uma família ou grupos a reconstruir laços com novas pessoas. Nas escutas, várias pessoas em Piquiá de Baixo, como Dona Tida, Sr. Joaquim, Sr. Edvard e Dona Maria José relembram suas trajetórias de migrante, inclusive dizem: foi muita mudança.

E, essa instabilidade em busca de terra para viver é uma marca recorrente nas narrativas colhidas nas vozes de Piquiá, marca de resistência e resiliência que construíram um movimento pela vida e moradia digna. A escuta sobre a chegada desses grupos, em Piquiá, e como refazem suas vivências toca nessas fraturas sociais com reconstruções e adaptações.

A história das andanças de cada morador de Piquiá é recortada de negações, mas também de esperança, do verbo esperançar, com bem diz Paulo Freire. E, obviamente, se parece com outras tantas histórias ouvidas em Piquiá. O Senhor Joaquim[1] também recorda de sua caminhada com sua família nessa lida por buscas de melhorias, onde relata que veio da Bahia com seu pai e irmãos, em 1962. Naquele tempo, conseguiram um pedaço de terra, fizeram um tijupá na beira do rio, um tempo ainda de rios limpos e água boa. Trabalhavam na lavoura, colhiam mandioca, milho, arroz e feijão. Conta seu Joaquim que os tropeiros iam buscar a safra colhida e levava à Imperatriz.

Em suas memórias, nossos entrevistados comentam que a comunidade de Piquiá de Baixo vai se organizando com os migrantes que chegam de várias partes do Brasil e do Maranhão. Ali constroem suas primeiras casas e ruas. Seus

1 Entrevista colhida no Clube de Mães em Piquiá de Baixo em 2019.

quintais são grandes e cheios de frutas e hortas. Os vizinhos partilhavam as colheitas dos cultivos de frutas e verduras. As matas ainda eram abundantes. Reforça também o poder da pesquisa baseada em história oral e memória como testemunha de uma época, explicada por Delgado (2006) como uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente.

As lembranças dos moradores mais antigos expressam que em qualquer lugar eles podiam plantar e colher e viviam bem, pois tinham com que se alimentarem. Hoje as siderúrgicas trouxeram doenças respiratórias, poluição e todos ficaram prejudicados, isso foi um gatilho para despertar a ação conjunta dos moradores por moradia digna.

Vale destacar que as memórias dos antigos moradores também mostram que Piquiá de Baixo faz parte de um assentamento antigo, iniciado a partir dos anos 1958 do século XX, e se que se desenvolveu com a chegada de migrantes, formando uma comunidade com características rurais. Este fato coloca em suspeição a narrativa inventada pelas empresas siderúrgicas de que os moradores vieram depois. O discurso das empresas sempre tentou apagar o protagonismo da população do bairro de Piquiá, mas não conseguiram. Pois, os moradores quando precisavam denunciar as atrocidades, acionavam todos da comunidade e fechavam vias, rodovias ou mesmo se concentravam no pátio das empresas com cartazes e palavras de ordem. Os protestos eram bem-organizados, conferindo êxito em seus objetivos.

A chegada das siderúrgicas, em Piquiá de Baixo, abala o elo de pertencimento construído em anos de adaptação por esses moradores, nesse bairro. Nós, seres humanos em nossa trajetória de buscas pelo nosso porto seguro, nos enraizamos e nos fortalecemos como grupo social no lugar que escolhemos para viver e trabalhar. Nos apropriando do con-

ceito de topofilia[2] do autor Yi-Fu Tuan, (2012, p.115), que afirma,

> [...] Uma pessoa no transcurso do tempo investe parte de sua vida emocional em seu lar ou bairro. Ser despejado pela força da casa ou do bairro é ser despido de seu involucro, que devido à sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior. Assim como algumas pessoas são relutantes em abandonar um velho casaco, por um novo, também algumas pessoas, especialmente os idosos, relutam em abandonar seu velho bairro.

No caso específico dos moradores mais velhos de Piquiá de Baixo foi narrado a importância do antigo bairro em vivências, companheirismo em todas as atividades. Foi relatado por Francisca Sousa Silva, conhecida por Dona Tida sobre a construção do Clube de Mães, que foi feito com trabalho voluntário de cada morador. Em todas as falas da comunidade ficou claro que as memórias boas foram e serão um ponto de fortalecimento para outras lutas. Por outro lado, a conquista de um novo bairro, o Piquiá da Conquista, tem um significado real de resistência, resiliência e coletivismo fortalecido, que extrapola o local, se torna exemplo para ser seguido.

Essa luta dos moradores de Piquiá de Baixo é construída em torno de suas memórias individuais e coletivas (Halbwachs,1990), que abarca velhos, adultos e jovens engajados na defesa de seu bairro, buscando qualidade de vida. A voz da jovem Flávia Nascimento[3], uma ativista das pautas

2 Topofilia: constitui um elo afetivo entre pessoas e lugares.

3 Entrevista realizada em 2021, em modo remoto pela plataforma Zoom.

ambientais que viajou para várias atividades fora do Brasil como, Genebra e Vaticano, participando do evento intitulado *Sínodo da Amazônia* ocorrido em outubro de 2019 mostra seu protagonismo. Flávia relata que muitas pessoas de outros países ficaram curiosas sobre a história de Piquiá de Baixo e ela foi a porta-voz da comunidade durante o evento. A história dos moradores de Piquiá se tornou grande, hoje essas memórias foram ampliadas e repercutem, globalmente, chegando bem longe na defesa constante pelos seus direitos envolvendo questões atuais, como a crise e a emergência climática.

Uma escola onde o passado está presente

Com paredes brancas e vermelhas, situadas em uma das entradas da comunidade de Piquiá de Baixo, na cidade de Açailândia-MA, a Escola Municipal Almirante Barroso, fica localizada na rua Henrique de La Roque, s/n, uma via sem asfalto, de terra batida, em frente a casas de madeiras e perto de árvores altas. Esse espaço escolar, o primeiro do local, marca um dos momentos mais emblemáticos da comunidade, a construção da BR 222, que fez parte de um projeto maior, o acesso a capital São Luís-MA, no começo dos anos 70. Após a abertura da rodoviária Belém-Brasília, nos anos 60, e a expansão das malhas estaduais, o fluxo de migrantes se intensificou no local, especialmente, interessados nas possíveis ocupações geradas pela exploração dos recursos naturais na região (Franklin, 2008). Com a estrada, a movimentação de pessoas e produtos interligou o local às dinâmicas econômicas dos grandes projetos que foram sendo instalados.

Figura 1- Escola Municipal Almirante Barroso

Fonte: Acervo Roseane Arcanjo Pinheiro – fev. 2024

As memórias da professora Clarinda de Sousa Brandão[4], primeira diretora, trazem detalhes dos primeiros anos de funcionamento da escola. Ela relata que soube, ao chegar ao local, na metade dos anos 70, que a comunidade já tinha organizado "turmas" anos antes. Os primeiros professores teriam sido Luís e Maria. Houve uma terceira educadora que não teria ficado muito tempo. Até então, as turmas eram organizadas em uma casa simples, de palha. Após a escola ser criada, em 1974, a mesma começou a oferecer o ensino fundamental, até o 4º ano. Clarinda Brandão aponta que a estrutura, à época, abrangia três salas e a secretaria, além de um quintal. Estudantes do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), já adultos, também transitavam na escola,

4 Entrevista concedida à professora Roseane Arcanjo Pinheiro e à jornalista Lanna Luíza Silva Bezerra em 16 de novembro de 2017 para o projeto Site Piquiá de Baixo, realizado pela Associação de Moradores de Piquiá e a Rede Justiça nos Trilhos - Jnt. Endereço eletrônico: Piquiá de Baixo | Conheça a história de uma comunidade em Açailândia -MA que luta bravamente pelo direito à vida: Reassentamento já!! (piquiadebaixo.com.br).

no turno da noite, por alguns anos.

A primeira diretora conta que gostou de trabalhar lá, porque "era maior, tinha farda e reunião com pais". Mesmo assim, eram muitas as atividades, desde a matrícula à vinda de professores. E quais os nomes dos pioneiros e pioneiras a ensinar em Piquiá? Clarinda recorda: "tinha a professora Januária, Josefá, Laurita e Ivonete", entre outros nomes. Nos primeiros anos, a escola não se chamava Almirante Barroso, comandante da Guerra do Paraguai[5]. Era chamada de "Escola Municipal Piquiá", nome que consta em atas até 1985. Talvez seja por essa razão que a placa histórica da escola não traga a menção ao militar.

A Escola Almirante Barroso foi fundada em 31 de julho de 1974. Não há registros escolares de 1975. As atas escolares existentes nela registram turmas crescentes desde 1976[6]. A primeira apresentou 38 alunos em idade escolar. Em 1977, duas turmas são documentadas: 33 e 38 alunos, respectivamente. O número crescente de alunos, registrado pela escola, reforça o relato dos moradores de que, nos anos

5 Conflito sangrento que envolveu Brasil, Argentina e Paraguai de um lado, contra o Paraguai, entre 1864 a 1870. Mais informações: SENADO FEDERAL. Afinal, o que foi a Guerra do Paraguai? In. https://www12.senado.leg.br/tv/programas/historias-do-brasil/2019/05/afinal-o-que-foi-a-guerra-do-paraguai. Acesso em 15 de fev 2024.

6 As atas da escola podem ser consultadas na Secretaria da mesma, até o momento da escrita desta pesquisa esses documentos não estavam disponíveis digitalizados em acervo público. As atas foram localizadas pela primeira vez na escola, em fevereiro de 2018. Para efeito de pesquisa, foi solicitada o envio das atas digitalizadas para as pesquisadoras através da Associação Comunitária de Moradores de Piquiá (ACMP), com o aval da direção da escola. Portanto, as atas das escolas, de 1976 a 1985, e uma foto foram disponibilizadas digitalizadas às autoras.

70, o bairro começou a receber mais migrantes. As turmas envolvem a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries do primeiro grau, além de "turma intermediária" e alfabetização.

Quadro 1- Atas escolares.

Ano	Número de alunos (as)	Número de turmas
1976	38	01
1977	71	02
1978	238	07
1979	264	06
1980	210	05

Fonte: Secretaria da Escola Municipal Almirante Barroso

Ao abordamos a construção de uma escola e a ocupação do espaço territorial, relacionando esse processo às memórias, tratamos de relações tencionadas, conforme Delgado (2016). Ao trabalhar com as lembranças sobre o cotidiano, onde estão os conflitos, embates e movimentos, o significado do que foi vivido pode ganhar outros caminhos, as recordações individuais ou coletivas podem ser mantidas ou alteradas pelo tempo, que atua sobre as representações a respeito do passado. "Tempo e espaço têm na memória sua salvação (...) São esteios das identidades. São suportes do ser no mundo" (Delgado, 2006, p. 37). O tempo e o espaço tornam homens e mulheres sujeitos, que resgatam esse passado, mesmo sendo capazes também de alterar as referências espaciais e, dessa forma, enfraquecerem seus laços e suas identidades, podem, então, gerar mudanças ou impedi-las, afirmá-las ou tolhê-las.

Como era esse lugar que abrigou uma das primeiras escolas de Açailândia? A Dona Maria José da Silva[7] descreve a

7 Entrevista concedida às autoras no dia 14 de maio de

localidade, nos idos do final dos anos 70, quando chegou com o marido, um agricultor, e os filhos. O esposo veio antes e, ao conseguir um trabalho, trouxe a família, que estava na cidade de Timbiras-MA, mas lá não tinham perspectiva de melhoria econômica, por isso a mudança para Açailândia. "Quando a gente chegou era pior, era de roça mesmo. Até porque o nosso barraco é na beira da BR e era muito matagal e atrás era matagal também". O desafio era plantar e lidar com a densa floresta, porém também aproveitar os recursos abundantes. "Tinha a estrada para ir para o brejo, que a gente ia fazer tudo lá tudo – lavar roupa, lavar vasilha".

Como a família de Dona Maria, vieram tantas outras, a ocupar o território, a dinamizar as atividades econômicas e a preparar os filhos para as exigências e rotinas de uma zona urbana em desenvolvimento. Na escola, os diários escolares, escritos à mão em páginas amareladas ou datilografados, posteriormente, apontam um movimento de pessoas, crianças e famílias na localidade de Piquiá, ao longo dos anos 70, momento de mudanças políticas e de ocupação da região amazônica oriental, onde está localizada a cidade de Açailândia.

As famílias Pereira Figueiredo, Antunes Alves, Macedo da Silva, Costa de Souza, Campos dos Anjos, Teixeira dos Reis, Rodrigues, Araújo do Nascimento, Ferreira Feijó, Soares Almeida, Marinho, entre tantas outras, aparecem nos diários escolares. Os sobrenomes que se repetem no nome dos estudantes, duas, três ou mais vezes, podem indicar irmãos e irmãs, na mesma sala de aula, famílias grandes, que desbravaram Açailândia atrás de oportunidades e matricularam os filhos na escola nascente para criar os primeiros elos com o

2021, durante a execução do projeto de pesquisa Cartografia social de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA: memórias, trajetórias, política e ativismos digitais, aprovado pela FAPEMA (Edital 002/2019/UNIVERSAL).

lugar.

Um dos registros da antiga escola, cedido à Associação de Moradores de Piquiá (ACMP), uma fotografia, traz a imagem dos estudantes, perto do que parece ser uma sala de aula. Com data estimada de 1979, na imagem estão reunidos meninos e meninas, com a então diretora Clarinda de Sousa Brandão, em pé, no centro, atrás da primeira fila de alunos, que usam uma farda branca, com saia ou calça escura:

Figura 1- Uma das turmas da Escola Municipal de Piquiá.

Fonte: Acervo: ACMP - 1979

As famílias buscaram melhorias de vida em um território marcado pela implantação de grandes projetos econômicos, idealizados pelos governos militares, especialmente, desde os anos 60 para a ocupação da Amazônia (Sousa, 2015). Os recursos da floresta foram imensamente destruídos nos anos 70 e 80 para dar suporte ao Programa Grande Carajás (PGC), que estruturou a exploração mineral no sudoeste do Pará. A cidade de Açailândia, até então um povoado, é elevada à cidade em 1981, e recebe um polo siderúrgi-

co, que será ponto estratégico dos 890 km da Estada Grande Carajás para beneficiamento do minério de ferro, que segue do Pará para o Porto de São Luís, visando a exportação do produto. Sousa (2015, p. 212) explica que "a constituição do polo siderúrgico no município de Açailândia encontrou estreitos vínculos com o financiamento estatal estabelecido por meio de recursos financeiros concedidos pelos governos militares". Nos anos 80, se instalaram as primeiras siderúrgicas: Vale do Pindaré e Viena Siderúrgica S/A. Nos anos 90 mais três empresas do mesmo ramo começam a funcionar: Simasa. Gusa Nordeste e Fergumar.

No entanto, os discursos dos atores envolvidos de desenvolvimento regional, não se confirmaram na prática, com a instalação do polo siderúrgico (Sousa, 2015). As contradições e interesses econômicos apareceriam nos resultados da exploração dos recursos do município, que alimenta a indústria siderúrgica. Franklin (2008, p. 188) diz que, apesar o Produto Interno Bruto (PIB) bastante significativo nas décadas seguintes, a cidade de Açailândia não aparecia entre as primeiras cidades com Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM), apesar das promessas de riqueza, que provocaram intensa devastação da floresta, produção de carvão vegetal em larga escala e a implantação da cultura do eucalipto no lugar da diversidade amazônica.

Vozes contra o silenciamento e a morte

A história do Brasil é forjada, nos relatos de apagamento e extermínio de culturas originárias, como a dizimação de inúmeras etnias indígenas e quilombolas, desde a colonização até o presente são explícitas as marcas de conflitos, onde as maiores prejudicadas são as populações mais vulneráveis. Darcy Ribeiro em seu livro **O Povo Brasileiro**, diz que,

> O conflito interétnico se processa no curso de um movimento secular de sucessão ecológica entre população original do território e o invasor que a fustiga a fim de implantar um novo tipo de economia e de sociedade. Trata-se, por conseguinte, de uma guerra de extermínio (Ribeiro, 2006, p.153).

Portanto, essa guerra por domínio de território, travada por quem chega e se sente no direito de desterrar grupos humanos de seus lugares ancestrais não é novo, e infelizmente ainda é uma luta que travamos cotidianamente. A luta dos moradores de Piquiá representa uma luta por justiça e reconhecimento de sua existência no seu bairro e território afetivo no intuito de evitar narrativas que levem a seu apagamento/extermínio/silenciamento.

Vale destacar que a preocupação com os silenciamentos e apagamentos da memória de uma sociedade foi tema de muitos estudiosos, citamos o trabalho de Walter Benjamin (1994) no texto "*Experiência e pobreza"* que anunciava a perda da capacidade de narrar diante do efeito da guerra, chamada na época de *nova barbárie*. Reflete que a experiência traumática da guerra deixou muitos homens mudos, incapazes de expressarem os acontecimentos cotidianos vividos. Benjamin (1994), em seu texto, diz que as pessoas contam o que experimentam, o que se aloja em sua memória. Quando querem esquecer experiências negativas ficam sem ter o que contar. Ao contrário, narrar histórias é expor vivências variadas e supõe a presença de ouvintes, que levaram adiante essas histórias. Com base na oralidade os narradores recordam o que vivenciaram e manifesta-se verbalmente para uma audiência visível.

As memórias da comunidade de Piquiá de Baixo, que, em parte, aparecem nos registros escolares dos anos 70 e 80 do século XX, são contestadas nos confrontos entre a comunidade, que luta pelo direito à vida e contra a poluição da água, ar e solo, e os representantes de segmentos econômicos, especialmente, no setor siderúrgico, que acusam os moradores e moradoras de terem invadido as terras onde hoje estão construídas as casas do bairro. Durante o processo de reassentamento, a partir de 2005, na imprensa de Açailândia e nas plataformas digitais, circularam acusações de que estavam prejudicando o progresso da cidade por questionarem as consequências ambientais e sociais dos empreendimentos ligados à indústria do minério.

As pressões contra a comunidade, no contexto de embates com os interesses econômicos, não surgiram por acaso, integram os discursos de apagamento, engendrados pelos opositores, grupos econômicos e políticos sustentados pela lógica do projeto de exploração dos recursos naturais. "Pode-se dizer que a informação implica no processo de produção de discurso em situação de comunicação" (Charaudeau, 2010, p.34). Todo ato de comunicar implica, portanto, nas escolhas das palavras, dos sentidos a serem emitidos e, principalmente, dos efeitos de sentido para influenciar o outro.

As estratégias discursivas envolvem um conjunto de circunstâncias: a identidade de quem fala, identidade a quem se dirige, o saber e posição do outro, as intenções e as condições de troca, ou seja, são as condições internas e externas que constroem o *discurso* (Charaudeau, 2010, p.40-41). Desqualificar, acusar ou diminuir a importância do outro integra um sentido construído e comunicado de forma intencional. Nesse processo é determinado onde, como e qual o *significado psicossocial* da informação. E os atos de comunicação, que visam anular ou desrespeitar o outro em sua dignidade,

começam no não reconhecer o direito à vida e nas tentativas de silenciar pessoas e instituições.

Os relatos e as experiências vividas por moradores e moradoras de Piquiá de Baixo trazem situações de apagamento das memórias e do não reconhecimento da atuação política do outro. Esses sentidos estão expressos no trato durante os confrontos. Desde anos 2000, início da luta política contra os males da mineração no local, o bairro não recebe melhorias. O discurso das autoridades informa que não haverá muitas melhorias no local, porque o bairro será abandonado e por isso não precisa de mudanças. A situação mais grave, a poluição sistemática do ar, água e solo, é constante na trajetória da comunidade de Piquiá de Baixo. O jovem João Paulo Alves[8] fez parte do projeto Vigilância Popular em Saúde. Ao se engajar na atividade, João Paulo Alves teve contato com comentários sobre atuação dos moradores. Segundo os relatos, os mesmos queriam "se aproveitar das coisas, se aproveitar das indústrias, porque querem tirar dinheiro das indústrias". No entendimento de populares, as reclamações afetavam a vida na cidade porque prejudicavam os que queriam trabalhar nas empresas. A pesquisa da qual João Paulo participou, começou em 2016, e os participantes fizeram uma capacitação para aprender como seria feito o monitoramento dos impactos das atividades industriais em Piquiá de Baixo. Os relatórios comprovaram os males gerados pela instalação das empresas poluidoras.

A moradora Kelly Silva Barbosa reforça as dificuldades diárias enfrentadas pela população local, como o acesso aos serviços básicos, situação que passou muitos anos sendo invisibilizada. Ela faz parte da equipe que mobiliza a comunidade para o reassentamento: "E lá quando perguntam assim "como é a vida em Piquiá de Baixo? Eu costumo definir

8 Entrevista concedida às autoras no dia 03 de dezembro de 2021.

nessa palavra: resistência, persistência também, porque tem que ter (...) São várias coisas que a gente necessita lá desde um transporte, tudo é difícil (...) tudo, tudo fica mais complicado por conta da estrutura do bairro".

Outras formas de silenciamento formam as tentativas de calar e constranger as lideranças femininas, como Francisca Sousa Silva, a dona Tida[9], e Joselma Alves de Oliveira[10], que participaram de protestos na frente de siderúrgicas em Açailândia e de atos em São Luís e em Brasília, além de terem realizado, no caso de Joselma Alves, algumas visitas a outros países para sensibilizar a comunidade internacional sobre problemas sociais e ambientais enfrentados. Dona Tida, que foi presidente da Associação de Moradores de Piquiá, lembra das agressões verbais às mulheres nas reuniões com representantes patronais. Joselma Alves recorda as palavras ofensivas e discriminatórias contra a condição feminina. "A gente passa por cada coisa nesses processos de luta, passei por situações que eu me questionava "não acredito que passei por isso", do homem me mandar calar a boca no meio de todo mundo".

Ao questionar as memórias oficiais, que pregam o desenvolvimento econômico como algo que beneficia a cidade como um todo, sem trazer mazelas socioambientais e crises, a comunidade de Piquiá de Baixo quebra o silêncio, luta contra o não-dito e o esquecimento dos conflitos vivenciados. São as memórias marginalizadas que invadem o espaço público para reinterpretar o passado (Pollak, 1989). Contrariam uma certa memória hegemônica, que estrutura discursos sobre os conflitos, minimizando-os, e busca uma coesão social em torno dos projetos econômicos da mineração instalados na região. Ao subverter enquadramentos sobre os acontecimentos da cidade, os moradores e moradoras

9 Entrevista às autoras em 30 de abril de 2022.

10 Entrevista às autoras em 30 de julho de 2021.

de Piquiá de Baixo constroem novas interpretações sobre o que foi vivido para fortalecer a mobilização, as identidades e os laços de pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA, está próxima de receber as instalações do novo bairro, Piquiá da Conquista, em 2024. São quase longos vinte anos de mobilização para o reconhecimento das ações danosas da indústria da mineração sobre o bairro, onde a poluição do ar, água, ar e solo, prejudicou moradores e destruiu os recursos naturais. Essa jornada de luta foi constituída pelas articulações local, estadual e internacional que fizeram os problemas enfrentados pelas famílias a serem conhecidos e combatidos por outras forças sociais e políticas.

Os desafios da comunidade se intensificaram com a instalação do Programa Grande Carajás no começo dos anos 80 do século XX, que sustentou interesses de grupos econômicos na Amazônia brasileira e as atividades agroindustriais na região. O bairro se tornou polo siderúrgico, o que causou danos permanentes ao meio ambiente. Na luta contra o poder econômico, 312 famílias se uniram contra o descaso e a morte. Nesse processo, sofreram tentativas de apagamento do seu passado, pressões e críticas contra a luta por seus direitos. Responderam com mobilizações para valorizar suas memórias, fizeram suas vozes ecoarem e a trajetória da comunidade ser conhecida. Já diz Tuan (2012, p.115) "a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar". Os moradores de Piquiá trazem essa consciência do passado bem registrado em suas memórias e deixando o legado para os mais jovens. Nesse quesito, o estudo da memória mostra sua eficácia na resistência feita através das mobilizações por direitos, reverberando em políticas concretas.

O presente trabalho, através da memória oral, levanta as ações e as recordações dos moradores e moradoras na caminhada de luta política. Os relatos apontam confrontos e pressões sofridas, bem como caminhos para que conquistassem uma vida nova, longe dos perigos da poluição e da destruição de recursos. Além dos relatos orais, que mostram o surgimento e o desenvolvimento da comunidade, há documentos escolares indicadores da existência das famílias de forma intensa desde os anos 60 e 70.

Essas memórias individuais e coletivas mostram o trabalho político de conscientização dos moradores e moradoras contra as várias formas de morte: 1) morte do corpo, através das ameaças, doenças e dores; 2) morte das subjetividades, das identidades e das memórias, da negação da existência do outro, através de discursos que se espalharam pela cidade de Açailândia-MA contra as reivindicações de homens e mulheres por vida e dignidade.

REFERÊNCIAS

BENJAMIM, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura São Paulo: Brasiliense, 1994, p.114-119.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

DELGADO, L. de A. N. História oral, memória, identidades. In: **História oral, memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.13-66

FRANKLIN, A. **História econômica de Imperatriz**. Impera-

triz: Ética, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

SOUSA, J. de M. (Org). **O regional e o urbano no sul do Maranhão**: delimitações conceituais e realidades empíricas. Imperatriz: Ética, 2013.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 2012.